

# **Para a crítica da visão idealista da relação mercado e Estado**

---

*Gláucia Angélica Campregher\**

## **1 - A crítica**

Parcela expressiva dos cientistas sociais de nossa época, em particular aqueles que, críticos do "sistema", não chegam a pretender sua radical transformação, percebem a tarefa impositiva de denunciar o caráter utópico da **auto-regulação dos mercados** como equivalente à defesa de uma **"supra-regulação" do Estado**. Do nosso ponto de vista, nessa aproximação indevida, o que se perde é uma compreensão integradora da realidade, tendo por base a relação dialética entre Estado e mercado. Mal compreendida, a contradição aparece como oposição pura e simples; a afirmação de um dos pólos implica a negação do outro, o Estado aparecendo, assim, como a "consciência" tanto no sentido de "superego" crítico quanto de pólo articulador do "projeto mercantil" de um mercado "por natureza" inconsciente, aético e (virtualmente) caótico.

Tais concepções tiveram seu apogeu teórico-acadêmico e prático-político a partir da primeira grande crise efetivamente mundial do capital (final dos anos 20 e década de 30), uma vez que, então, só o liberalismo poderia ser responsabilizado pelo descalabro econômico e social. A atuação dos Estados nacionais, o surgimento das instâncias internacionais de regulação (e mesmo o aparente sucesso do planejamento socialista no Segundo Pós-Guerra), a regulação estatal típica do capitalismo da era fordista, produziu a ilusão, bem caracterizada pela social-democracia, de um domínio da "sociedade" sobre a "economia de mercado", nos termos de Polanyi (1992).

De lá para cá, dois são os movimentos concretos e reais (no sentido de que aconteceram do lado de fora da academia e dos demais espaços da produção

---

\* Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e Doutoranda do Instituto de Economia da Unicamp.

teórico-ideológica) que colocaram em xeque a “utopia intervencionista”: (a) o que chamamos de segunda grande crise mundial do capital<sup>1</sup> (distinta da anterior, pois, se mais amena, se mostra igualmente mais persistente nos pólos capitalistas tradicionais e em sua periferia imediata); e (b) consolidação de um conjunto de economias capitalistas que emergem como exceções em meio à crise e que se estruturam sobre uma relação economia/sociedade que não se presta aos esquemas analíticos ainda vigentes.

Aparentemente, a presente crise apresenta uma inversão de papéis, trazendo consigo a crítica do Estado e o ressurgimento do liberalismo. Tal processo não se dá, contudo, nos mesmos moldes de outrora. Transcendendo a mera disputa ideológica, em direção a algo como uma “perspectiva simbólica”. Como diria Théret (1994, p.55), o neoliberalismo quer operar “tal como uma gramática que organiza a sociedade em seu conjunto”, possibilitando e referendando a “re-regulação” do Estado. É dessa sua “virtude” que se deve extrair a compreensão da recorrência com que alguns dos antigos críticos do liberalismo antiestatista se transformam nos implementadores mais eficientes de seu programa. Mais do que isto: via de regra, são esses antigos críticos que preenchem a retórica genérica<sup>2</sup> do neoliberalismo, com os programas de medidas concretas que este parece ser incapaz de produzir. O que, de qualquer forma, impõe a constatação de que, seja pelo seu lado “pobre” (de propostas), seja pelo lado “rico” (de se reproduzir como perspectiva hegemônica), não é mais possível pretender fazer a crítica do discurso neoliberal descolada de uma auto-reflexão crítica da posição dos “defensores do Estado”.

Essa auto-reflexão crítica, contudo, não pode se realizar no vazio, abstratamente, nem deve tomar como referência apenas as experiências de regulação estatal pregressas (postas hoje sob contestação), mas deve ter como pano de fundo as próprias experiências (ainda não suficientemente teorizadas<sup>3</sup>) da imbricação Estado-mercado presentes (de modos diferenciados) no Japão e nos NICs asiáticos, que parecem centradas no desenvolvimento de uma peculiar

---

<sup>1</sup> Trata-se da crise do **remédio** da crise passada, ou primeira: da crise das formas de regulação (que transcendem inclusive as formas capitalistas desta) do Estado, ou, como dizem muitos, de uma crise do Estado-providência (em suas diferentes formas), ou “pior” do Estado-nação.

<sup>2</sup> Quando não francamente anti-social, onde a defesa “da **liberdade** [vai] até o limite do seu abuso, a **desigualdade** até o limite do tolerável, a **flexibilidade** até os limites da insegurança” (THÉRET, 1994, p.56).

<sup>3</sup> Como salienta, dentre outros, Avritzer (1993).

"autonomia inserida da esfera pública na privada". Na realidade, do nosso ponto de vista, é a emergência (e aparente consolidação) desse novo padrão de regulação social-mercantil que pode instrumentalizar um enfrentamento muito diferente daquele lançado pelos estruturalistas de ontem<sup>4</sup> aos apologistas do mercado de hoje. Ao invés de reesquentar os velhos métodos e discursos, à espera de uma reviravolta da "conjuntura" (tão desejada quanto temida, pois, muito provavelmente, viria na forma de uma crise brutal, puxada pelo caos financeiro) como a única forma de retomar a iniciativa política, os intervencionistas de hoje têm de se recusar a serem meros contrário-idênticos (como diria Hegel) dos defensores do mercado, incapazes de ir além da crítica abstrata e repetitiva do seu outro.

Não se pode subestimar, contudo, a dificuldade em se dar esse importante passo adiante. Se a atualidade (e a virulência) do neoliberalismo nos empurram nessa direção, o peso das velhas formas de pensar (que tanto afligia Keynes) limita nossa mobilidade. Só que hoje a "tradição" não é mais o velho positivismo, mas justamente aquela sua "primeira negação", que não podia deixar de incorporar alguns de seus vícios dogmáticos. Isso significa que dar o "passo à frente" que a realidade solicita envolve caminhar em uma direção radicalmente distinta daquela trilhada pela crítica tradicional do mercado, tal como desenvolvida por três de seus maiores inspiradores: Weber, Polanyi e Habermas. Senão vejamos.

A tarefa do compreensivismo crítico de Weber, da recapitulação histórica de Polanyi, da ação comunicativa de Habermas, foi sempre a tarefa de "descobrir" (termo de Polanyi) a **sociedade** (que se esconderia por trás de relações mercantis pretensamente autônomas e auto-geradas<sup>5</sup>). Aparentemente uma vigorosa crítica

---

<sup>4</sup> Tal classificação se justifica, primeiramente, porque assim abarcamos: aqueles exclusivamente weberianos; os que passaram por Marx pela porta althusseriana; além dos que, pretendendo juntar um e outro (Marx e Weber), almejam uma resolução dos conflitos por meio da intervenção de uma razão subjetiva, subjetivamente cindida e subjetivamente reunificada pela palavra (Habermas). Em segundo lugar, porque, com essa categoria, dentro da tradição latino-americana, abarcamos também os pesquisadores e formuladores de políticas, que, mesmo inenquadráveis em nenhum dos grupos acima, operam ou almejam operar desde dentro do Estado, a fim de interferirem na dinâmica sócio-econômica.

<sup>5</sup> Diga-se de passagem, a tarefa de "(re)descoberta" da sociedade é sempre acompanhada, nesses autores, de uma redução mascaradora do significado da "vida material dos homens" em Marx a uma esvaziada "esfera econômica". Mais um passo, e reconhecia-se que, apesar de um ou outro bom *insight*, Marx era vítima de um reducionismo simplista e nunca foi capaz de entender o papel dinâmico e impulsor da "superestrutura". Da mesma forma como os liberais recorrentemente têm "inventado a conspiração antiliberal" (POLANYI, 1992, p. 150), os idealistas não se cansam de inventar e reinventar a polêmica "marxista" do papel da superestrutura.

ao liberalismo naturalista, por vezes ela encara o papel de seu contrário-idêntico. Isto porque o ponto de partida para sua tarefa de descaracterização do mercado como “instância geradora de equilíbrio econômico, justiça social e progresso humano em geral” consistia na denúncia de que o mesmo não era, **a princípio**, uma instância social, ou seja, suas institucionalidade e socialidade vinham “de fora”. Essa posição equivale a participar da mesma desistoricização do mercado que pretendem os liberais, mudando apenas o julgamento de que **tipo de ação é social ou “institucionalizável”** (POLANYI, 1976, p.339 e seg.) e **que tipo é natural**. Para os liberais, antes do mercado não havia civilização; para os idealistas (guardadas as devidas diferenças inerentes à heterogeneidade e à riqueza interna dessa corrente), a partir do mercado é que não há mais. A crítica do mercado como instância reguladora leva, dessa forma, a aceitação acrítica da divisão da sociedade em “esferas”.

Não vamos nos aprofundar aqui na fundamentação — que é distinta em Polanyi, Weber e Habermas — dessa divisão das esferas; o fato é que essa divisão é real e é fator distintivo, como reconhecem todos esses autores, da sociedade dominada pelo capital. Mas o reconhecimento dessa realidade não é o mesmo que a sua compreensão histórica. O reconhecimento dessa realidade fetichizada, onde a **coisa** carrega o **social**, é apenas metade da tarefa, e estancarmos aí pode nos fazer vítimas desse “conhecimento”. Trabalhar com realidades cindidas, racionalidades autonomizadas, é deixar-nos levar pela independência que a **coisa** diz ter dos homens, e por mais que seja esse o caso, o caso não diz sozinho toda a história. O entendimento de que o capital provoca uma cisão nos esquemas de reprodução da vida em sociedade não significa que devemos trabalhar com essas “esferas divididas”, isso equivaleria a nos tornarmos vítimas de seu fetichismo, ou a nos resignarmos à crítica de seu fantasma.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A título de exemplo, permitimos-nos um desvio disciplinar da economia política à psicanálise, por acreditarmos serem estas as duas mais profundas investigações acerca do fetiche e do que se encontra por detrás dele. Queremos dizer que é vítima do fetiche aquele cujo primeiro momento de compreensão leva a um estado de estarecimento, que implica, freqüentemente, idealização do problema e incapacidade de ação. Assim é que, na análise de **Hamlet**, Lacan mostra-nos como o conhecimento — até certo ponto, privilegiado (porque nem todos o possuem e porque proporcionado por um meio fantástico, a aparição de um fantasma) — do herói, de seus desejos e culpas, não o leva a uma compreensão libertadora, mas à prisão. Hamlet é vítima do fantasma de sua culpa; e para não se aprofundar nesta última, entrega-se ao desejo do primeiro (que não é mais que o seu próprio desejo falseado). Atado, porém, ao pouco conhecimento que (procurou e) obteve, não consegue agir. Mesmo assim, é vaidoso do seu saber, o que o torna um crítico mordaz, que, de qualquer modo, não consegue se fazer sujeito de sua própria história. Ver Lacan, (1986).

O que pretendemos salientar é que essa tarefa de crítica não dialética do mercado, para além da predisposição reformista, já mencionada, tem como pré-requisitos teóricos e ideológicos: (a) partir de um prévio conhecimento do que venha a ser o **homem**; (b) partir de um julgamento subjetivo da história passada, em geral saudosista de uma pretensa unidade indivíduo-sociedade advinda da idealização de um comunalismo sem exploração (necessariamente apoiado numa problemática pesquisa antropológica)<sup>7</sup>; (c) recusar, ou mesmo ignorar, a concepção materialista da história como alternativa ao evolucionismo mecanicista dos defensores do mercado; e, finalmente, (d) apoiar-se em reedições variadas do idealismo pré-hegeliano para definir os objetivos (reduzíveis, em última instância, à “emancipação humana”) e as formas “válidas” de exercício do poder em geral e da intervenção estatal em particular.

A determinação recíproca dessas quatro dimensões da crítica não dialética ao mercado não deve obscurecer o fato de que o último dos pontos listados é, simultaneamente, o resultado essencial dos outros três. Um resultado que define a qualidade da própria crítica dos três pensadores resgatados acima como uma crítica prenhe de **resignação**. Uma resignação que se impõe já na medida em que as **perdas** (de humanidade, de sociabilidade, de consciência) que o mundo mercantil impõe aos homens não são percebidas necessariamente como tais pelos agentes políticos e econômicos válidos do sistema.<sup>8</sup> Mas que é — por isso mesmo e contraditoriamente — uma **resignação prepotente**, pois embasada na clareza de que nem todos alcançam ter clareza das mazelas do sistema; o que os torna capazes (junto a poucos) de dar sentido a um mundo

---

<sup>7</sup> Polanyi chega ao extremo, ao comparar as trocas primitivas baseadas na reciprocidade (cujo paradigma é o kula) à redistribuição de víveres no Império Egípcio, como se ambas, ao não objetivarem a ganância pessoal, fossem exemplos da ausência de exploração (POLANYI, 1976, mais especificamente o cap. IV). Obviamente, a impossibilidade **social** da exploração do **trabalho** (enquanto “abstração concreta”) como base da acumulação sem limites não implica a não-exploração ao limite da própria condição de subordinação em si, como o demonstram as “sociedades” escravagistas antigas.

<sup>8</sup> E isso já na medida em que a crítica a esses autores se dirige contra a divisão das esferas em si, que aparece como um atributo imanente de uma realidade capitalista impositiva, ou cujo objeto de imposição será a “vontade política” dos agentes sociais. Mas é essa própria “vontade” que se vê circunscrita por uma “racionalização instrumental perversa” (Weber) a partir da consolidação da “sociedade de mercado”, destruidora dos valores essenciais da vida humana através da subordinação destes aos anseios econômicos egoísticos (Polanyi), esvaziando relativamente a crítica aos sistemas do poder e do dinheiro que ameaçam o racionalmente superior mundo da vida (Habermas).

cujos processos eles assistem fora. Para ir no ponto: Habermas e Polanyi assinariam, ao nosso ver, a seguinte citação de Weber: "Somos homens de cultura, dotados de capacidade e de vontade de assumir conscientemente uma posição perante o mundo e conferir-lhe um sentido"<sup>9</sup>.

Mas o que realmente importa entender aqui é que a síntese contraditória entre "resignação" e "prepotência" é um resultado necessário da opção metodológica de nossos autores, que privilegiam — na expressiva caracterização de Cohn (1979, p.96) — a "**articulação conceitual [subjéitiva] entre problemas**" à "**articulação objetiva entre coisas**". Vale dizer: novamente nos defrontamos com a contraposição entre o sujeito *versus* o objeto, o homem *versus* a coisa, o idealismo *versus* o materialismo vulgar (ainda que reeditados em versões muito mais sofisticadas). E, mais uma vez, a solução está na problematização pragmática (e, nesse sentido, não "filosófica") desses conflitos. Mais uma vez, há que se recuperar a alternativa materialista-dialética de "aceitação" da inversão operada na própria realidade de uma **articulação conceitual e/ou subjéitiva entre coisas**, e de uma **articulação objetiva entre problemas**. Toda a construção teórica marxista remete a isso; e, no que nos diz respeito, é desse modo que se deve abordar o **mercado** e o **Estado**. Isso não implica mais uma petição de princípios em favor da "boa ortodoxia", ao contrário, nossa abertura é total frente aqueles trabalhos e autores cuja preocupação seja o preenchimento concreto das articulações acima.

## 2 - A alternativa

A proposta de uma releitura da relação Estado/mercado a partir de uma **articulação subjéitiva entre coisas e objetiva entre problemas** não é muito diferente do trabalho de muitos estruturalistas que conciliam modelagem teórica e avaliação empírica, que chamaremos aqui de "estruturalistas quase dialéticos"<sup>10</sup>. A análise que fazem esses autores das ações, decisões e valorações dos

---

<sup>9</sup> Citado por Cohn (1979, p.98).

<sup>10</sup> Usando um termo recém-empregado por Paiva (1996, p.70-78) à propósito de Michal Kalecki e que cabe igualmente a todo um conjunto de autores que, tratando do nosso tema, se recusam a subordinar as contradições do real a princípios teóricos abstratos. Afinal, as obras de Weber, de Polanyi e de Habermas (elas mesmas ricas e contraditórias) não alimentam apenas um idealismo radical, inimigo de toda determinação histórico-estrutural e preñhe de um contingencialismo dogmático. Elas inspiram também — e de modo bastante positivo — esse outro grupo de estruturalistas, que nos será de grande utilidade, como veremos a seguir.

**agentes** não os impede de perceber como estes sofrem (como **pacientes**, no sentido mesmo de passivos) os efeitos do conjunto; que, por sua vez, conforma a estrutura "como condensação das estratégias de ação passada" (nos termos de Jessop) desses indivíduos.

Do mesmo modo, ao falarem da estrutura, dos aparelhos, das organizações mais ou menos estáveis, não pecam por ignorar as mais diferentes formas de manifestação dos sujeitos na sua particularidade individual. Como resultado, tem-se que a determinação estrutural e os movimentos sociais mais diversos (por exemplo) não são opostos irreconciliáveis, como na formulação pré-dialética da "antinomia" liberdade *versus* necessidade. E isso, desde logo, porque a própria concepção de **necessidade**, ou de **determinação**, não é distinta da de "estruturante", "constitutivo", ou "possibilitador". Enquanto a **liberdade**, por sua vez (que se distingue do livre-arbítrio vazio e socialmente inconseqüente), é vista como atrelada ao conhecimento das possibilidades e de seus desdobramentos, e não ao incognoscível e ao quase irracional.<sup>11</sup>

Vale a pena observar que, segundo Boyer, é justamente essa perspectiva que alimenta o projeto da Teoria da Regulação em sua vertente mais conseqüente. Diz ele:

"Na realidade, todo modo de regulação descreve a maneira como a conjunção de formas institucionais cria, direciona e, em alguns casos, dificulta os comportamentos individuais e predetermina os mecanismos de ajustamento nos mercados que, na maioria das vezes, resultam de um conjunto de regras e de princípios de organização sem os quais não poderiam funcionar. **Nesta concepção, não haveria dicotomia entre a economia pura, de um lado, e o espaço social, de outro: mesmo os mercados de concorrência pura e perfeita resultam de uma determinada configuração do espaço social, de uma construção a partir de relações de poder e de regras jurídicas (grifo nosso)**" (BOYER, 1990, p.80).<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Só dessa forma, a conduta dos agentes não fica entregue ao psicologismo intuitivo, que se recusa à teorização e chama de "esotéricos" aqueles que insistem em fazê-lo, sem perceber que a sua postura, sim, é que é cheia de "abracadabras", de "animals spirits" ou "capacidades empresariais" (ao centro e à direita) e de "consciências" operária, racial, ou coisa que o valha (à esquerda).

<sup>12</sup> Sintomaticamente, Boyer, na exata seqüência da passagem citada, reafirma que, "(...) entretanto, esta noção não deixa de reconhecer nem a existência de uma certa autonomia das estratégias individuais, nem a heterogeneidade dos comportamentos no interior de um mesmo conjunto de formas institucionais" (Ibid., p.80).

Mas, se Boyer aponta corretamente o sentido do trabalho teórico que se impõe àqueles que querem pensar a sociedade de uma perspectiva que efetivamente supere a clivagem Economia & Sociedade, esse trabalho ainda está, em grande parte, para ser feito; não se podendo pretender sequer que ele tenha se imposto de forma efetiva no grosso da produção teórica “regulacionista”. Pelo contrário — e contraditoriamente —, uma tal perspectiva parece querer emergir com mais força e radicalidade naquela literatura que, ao contrário da regulação, chega à unidade mercado-Estado não a partir do mercado (ou da “economia”), mas da análise do Estado (ou da “política”).

Quer nos parecer que, em grande parte, esse quadro resulta do fato de que, a despeito da aparência em contrário, o trabalho conceitual de derivação do Estado se encontra mais avançado do que o de derivação do mercado. E, do nosso ponto de vista, esse quadro se deve a que, se a economia parece ser (e, num certo sentido, de fato é) uma ciência mais consolidada que a política, ela é, pelo seu próprio objeto, uma vítima crônica do fetiche, capaz de inibir até mesmo a **posição** da pergunta em torno dos fundamentos genéticos do mercado. Assim, não apenas em meios neoclássicos, mas — surpreendentemente — mesmo entre marxistas, o mercado aparece muitas vezes como um “dado” (quase natural); e qualquer tentativa de **derivá-lo** (da alienação do trabalho, das trocas pré-mercantis) é vista como um exercício esotérico e/ou metafísico.<sup>13</sup>

Diferentemente, a questão não só da origem, mas da própria “razão de ser” — pretensamente definidora de seus “limites”, “possibilidades” e “transformabilidade” — do Estado é a primeira a se colocar para um liberal; no que é prontamente seguido por idealistas e dialéticos. E isso gera frutos: existem hoje “na praça” um sem-número de conceituações/derivações do Estado, que buscam embasá-lo ora no espírito (ou na razão absoluta), ora na sociedade civil (mais ou menos subordinada à dominação de classe), ora na dinâmica da acumulação, ora na fiscalidade, etc. E não será preciso dizer que, longe de ser “um problema”, esse volume teórico díspar e contraditório é justamente o que vai permitir a emergência e a sustentação daqueles projetos teóricos de “síntese e superação” que, de alguma forma, vão além do dogmatismo e do

---

<sup>13</sup> Isso não significa que não haja produção sobre o tema. Nós mesmos procuramos dar alguma contribuição para essa questão no último capítulo de nosso trabalho de mestrado (CAMPREGHER, 1993). Sem efetivamente procurarmos aí reconceituar o mercado, buscamos apontar como este se constitui como “espaço da alienação”, em contraposição ao Estado, por excelência o “espaço da socialização”. Desdobrar essa contraposição dialética, buscando (pelo menos) indicar o sentido em que se deve desenvolver um projeto de conceitualização efetiva do mercado, é um dos objetivos centrais de nossa tese de doutorado.



unilateralismo das visões parciais. Em particular, serão essa riqueza e essa disparidade que alimentarão a emergência daquele “estruturalismo quase dialético” (como caracterizamos acima), que é capaz de contribuir para o enfrentamento efetivo da mais comum das “parcialidades”: a que “parte” (contrapondo de forma ingênua) o Estado (que se quer entender) e o mercado (seu outro fundamento).

Se o exposto acima é verdade, avançar na crítica da clivagem Estado/ Mercado passa pelo resgate das contribuições daqueles autores que, modernamente, vêm, de uma forma ou de outra, trabalhando na perspectiva de uma leitura totalizante do Estado. Mais precisamente, identificamos três autores como representantes privilegiados dessa perspectiva teórica inovadora: C. Offe, B. Théret e N. Poulantzas; tomamo-os, assim, de agora em diante, como os nossos interlocutores privilegiados.

### **3 - A alienação e a socialização como desdobramento de um trabalho de racionalização que tem lugar no mercado e no Estado**

Ao criticarmos a operação de “divisão das esferas” para a análise social moderna, o que queremos salientar é que, se essa divisão faz parte de uma “modelagem típico-ideal” das sociedades capitalistas, ela não deve, por isso mesmo, ser aceita como um dado real do problema. Se não se problematiza a divisão “economia”/“sociedade” (e certa anterioridade do indivíduo que, não explicada, é imanente a esta), não se consegue perceber a funcionalidade simbólica (mais que ideológica — pois perpassa não só os discursos oficiais, mas os discursos críticos ao sistema) dessa forma de pensamento para a reprodução do conjunto de estruturas econômicas, políticas e normativas do capitalismo. **A aparência de divisão das esferas é real; e essa aparência é parte da essência, é a sua manifestação primeira, mas está longe de ser toda a essência.**

Uma problematização dessa divisão é o que acreditamos existir em Claus Offe,<sup>14</sup> ao precaver-se contra a substituição da ontologia do trabalho por uma

---

<sup>14</sup> Particularmente nas seguintes obras do autor: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista** (OFFE, 1984) e **Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho e da Política** (OFFE, 1989).

ontologia da linguagem. Esta última, ao nosso ver, ajuda a legitimar as dicotomias próprias do capitalismo, ao torná-las de certa forma (e contraditoriamente) “naturais”. Assim, opor “sistema” e “mundo da vida”, “racionalidade instrumental” e “razão comunicativa”, “valores materialistas” e “pós-materialistas”, “sociedade industrial” e “pós-industrial” funciona como uma afirmação da realidade capitalista, uma vez que a emancipação almejada pode se dar por fora desta (ou paralelamente).<sup>15</sup>

Trabalhar na perspectiva oposta implica “**refundir**” o **cindido**. E Offe contribui para isso, na medida em que, na análise desse autor, essas mesmas contradições são vividas desde **dentro** do aparato estatal. Tanto a reprodução mais tranqüila do sistema como a sua crise se devem à forma como se combinam “cruzadamente” os opostos acima, gerando ajustamentos de **reciprocidade** mais ou menos estáveis. Senão, vejamos.

Uma teoria dinâmica da mudança social é o que pretende Offe ao analisar a crise do Estado contemporâneo, a partir do desenvolvimento da contradição entre o sistema político-normativo e as práticas do sistema econômico. Só que, nesse autor, tal contradição não se impõe por um suposto antagonismo nas lógicas que regem esses dois sistemas, mas porque a **mesma** lógica (contraditória) da valorização produz resultados distintos e, por vezes, contraditórios entre si.<sup>16</sup> Assim, por exemplo, a transparência da mecânica das ações no interior do aparelho de Estado não ocorre absolutamente no exercício dos negócios, dentro e fora da empresa (pelo menos no “velho capitalismo”, ou seja, excluindo a sua variante oriental). O segredo foi sempre mais protegido,

---

<sup>15</sup> Na realidade, do nosso ponto de vista, há tanto “mundo da vida” (obstaculizado, negado, mas objetivamente posto) nas rotinas de trabalho, como há “sistema” no exercício “superior” da ação política. Ou melhor ainda: tal como propõe Thérét, há que se pensar numa “economia das práticas políticas” e numa “economia das práticas econômicas”. Uma proposta que nos reconduz a Marx, para quem ambas as práticas — políticas e econômicas — são constitutivas do “material”, para quem o “social” e o “econômico” não se encontram cindidos; para quem o capital é uma relação social de produção, tanto quanto o resultado da valorização do valor, um produto da razão comunicativa tanto quanto da instrumental, um produto tanto do trabalho, quanto da propriedade. E é o acompanhamento da forma conjunta de agir dessa contradição (ora mais harmonizada, como na regulação fordista, por exemplo, ora à beira da distensão e de uma nova reformulação, como hoje) que gera a compreensão realmente crítica dessa realidade.

<sup>16</sup> O conteúdo do trabalho que é realizado em cada uma dessas “esferas” é que é, sim, diferente, e são essas diferenças que constituem a base da divergência operacional entre eles. Retomaremos esse ponto a seguir, ao tratarmos de Poulantzas.

sem alarde, onde está escrito **no admittance except on busines** do que onde se lê **top secret**.<sup>17</sup>

Outro tipo de isolamento é o que separa Legislativo e Executivo enquanto instâncias, reciprocamente de transparência e opacidade do Estado; uma separação que se impõe mesmo nas democracias mais avançadas. Enquanto a transparência dos procedimentos burocrático-legais instrumentaliza a organização da sociedade civil — quase sempre voltada a algum tipo de controle de oposição —, o exercício cotidiano da gestão financeira dos recursos públicos dá-se por detrás da opacidade da relação entre o Executivo e os *lobbies* do setor público ou do privado, que exercem o poder, desse modo, distanciados dessas pressões.

A crise do Estado moderno, para Offe, não pode ser tida, assim, como uma crise de regulação, pois um aperfeiçoamento das técnicas de gestão, de controles orçamentário e fiscal (que é mais aqui que o mero “ajuste estrutural”), só pode ser levado a cabo aprofundando a autonomia desses mesmos sistemas político e normativo, cujo funcionamento acaba por contrariar os “princípios da troca” (assentados na defesa intransigente da propriedade privada e da “livre” alienação do trabalho).

Mas, se tais princípios se vêem, por um lado, ameaçados, por outro, vêem-se reforçados pela dependência financeira que tem o Estado da acumulação capitalista. Afinal, as funções estatais envolvem simultaneamente a “exclusão”, a “manutenção” (sustentação) e a “dependência” da acumulação. O que redundo no fato peculiar de que, mesmo não sendo o Estado um agente capitalista, a ciência de que a acumulação é seu princípio e seu fim é aí mais presente do que na consciência dos capitalistas privados! Cada órgão estatal vivencia essa contradição,

---

<sup>17</sup> A bem da verdade, tanto a questão da transparência das normas de funcionamento dos mecanismos do Estado e do mercado quanto a de até que ponto a não-observância do princípio de troca está na raiz dos conflitos entre essas instâncias são algo que, para nós, não está suficientemente provado. Uma das reflexões que se impõe a esse respeito é exatamente a problematização da chamada lógica não utilitarista das burocracias meritocráticas (a *Ja* Weber), para vermos confirmado, ou infirmado, o sucesso de seu “isolamento das demandas da sociedade circundante”. Nossa própria interpretação sobre esse ponto vai no mesmo sentido de Evans (1993). Aí se defende que as burocracias bem-sucedidas na implantação da industrialização das principais economias capitalistas asiáticas (Japão, Coréia e Taiwan) devem o seu sucesso ao caráter marcadamente **relativo** de seu isolamento. Se se quer ir além desse ponto, contudo, é preciso que se qualifique e determine melhor essa “relatividade”.

à medida que ela se impõe como condição de sua própria existência.<sup>18</sup> Essa consciência, entretanto, não resolve a questão central, que é:

“Como é possível que, ao mesmo tempo, o Estado adquira poder, aplique o poder de modo a manter as condições de acumulação e não subverta sua própria existência enquanto Estado capitalista adotando políticas que transcenderiam a relação de reciprocidade entre Estado e acumulação?” (OFFE, 1975, p.127).

E a resposta é hoje mais evidente do que nunca: simplesmente não é possível. Logo, há mesmo uma **subversão** da existência do Estado<sup>19</sup>. Até aqui, o que se passava era que o Estado conseguia, através de um duro trabalho de legitimação, operar em dois sentidos: convencia o conjunto dos interesses privados de que, acima de qualquer coisa, não os estava negando, ao mesmo tempo em que convencia o conjunto dos interesses públicos de que era isso exatamente que estava fazendo. A eficácia do discurso (e das práticas) ambivalente de legitimação vai se tornando, contudo, cada vez menor, à medida que os agentes políticos “civis” vão sofrendo as conseqüências e tomando consciência do caráter contraditório da intervenção estatal.

De acordo com Offe, as mudanças causadas nas atitudes dos cidadãos pelas políticas assistenciais levam a que os indivíduos crescentemente responsabilizem mais o Estado que a si mesmos pelos seus sucessos ou fracassos. Por outro lado, os empresários passam a dispor de informações cada vez mais abundantes e seguras a respeito dos gastos estatais, o que

---

<sup>18</sup> “(...) cada um dos interesses que o Estado (ou o pessoal do aparato estatal, em seus ramos e agências) pode ter em manter sua própria estabilidade e desenvolvimento só pode ser atingido se estiver de acordo com o imperativo de manter as funções da acumulação como um princípio seletivo das políticas estatais.” (OFFE, 1975, p. 126).

<sup>19</sup> Só que há também uma subversão que atinge o mercado. Se hoje existem as famosas organizações não governamentais (ONGS), também existem organizações não lucrativas (PONGs); ou, pelo menos, cujo lucro se preserva numa relação de confiança com a comunidade dos consumidores quanto à natureza respeitadora de valores mais humanos, ecológicos, etc. Se freqüentemente se pensou que o Estado de Bem-Estar Social era já uma antecipação do socialismo, acreditamos, sim, que os avanços institucionais no interior do mercado têm papel socializador. O que é bastante diferente de dizer, como os “neoliberais” (que, via de regra, estão aquém de A. Smith), que o mercado é o *locus* da não-regulamentação (e, por isso, da não-institucionalização). O principal é que o que é “não-trabalho” para o capital — e que, até aqui, era, de algum modo, ocupado, ou, pelo menos, sustentado pelo Estado — é hoje (até pela crise deste último, mas não só) organizado pelos próprios “não-trabalhadores” dentro do mercado. Este é um tema que urge; mas seu enfrentamento adequado transcende os limites deste artigo.

alavanca (garantindo uma certa "objetividade") suas críticas aos gastos sociais "excessivos" e "improdutivos". E, como se isso não bastasse, grande parte do material de crítica e descontentamento é produzido por setores e agências no interior do próprio Estado. Tudo isso não apenas evidencia teoricamente uma **subversão** das funções tradicionais do Estado, mas amplia o sentido de sua crise de "meramente financeira" a uma crise política e estrutural (ou, como se dizia no passado, de regime e até de sistema).

Ora, a contribuição de Offe só pode alimentar a tomada de consciência da complexidade da crise do Estado capitalista contemporâneo, bem como do caráter absolutamente simplista das "soluções" para a mesma atualmente disponíveis no "mercado de ideologias", em particular, do discurso neoliberal mais irresponsável, que insiste em simplesmente retirar do Estado as atribuições que o colocaram em "sinuca". Contrariamente a esse discurso, Offe salienta a importância da ação estatal tanto na manutenção das regras que permitem a própria existência do mercado quanto na sustentação de alternativas de sobrevivência fora do mercado, que possam ser administradas sem ônus elevado. Ou seja, o Estado deve responder ininterruptamente pela constituição de uma classe operária, deve ajudar na sua organização em resposta aos interesses tanto do capital como dela própria e, por vezes, contra os interesses mais imediatos de ambos.<sup>20</sup> Operação esta que é ainda mais problemática se essa interferência for exigida no nível transnacional, como a conjuntura mais recente começa a impor de forma crescente.

Mas, se Offe contribui ao colocar o problema do Estado contemporâneo (e da relação Estado/mercado) em seus devidos (e complexos) termos, é preciso ir além, caso se queira fazer a crítica radical da "sociologia das esferas" e da clivagem Economia & Sociedade. E ir além, do nosso ponto de vista, significa resgatar a dimensão "produtiva" do Estado. Ou seja: é preciso recuperar o Estado como organismo produtor de bens e serviços, o que implica lembrar, antes de mais nada, que, **no interior do Estado, se trabalha**.

Para alguns, essa "lembrança" pode parecer demasiado óbvia ou gratuita. Mas ela tem um sentido muito claro. Na linha que traçamos desde o início,

---

<sup>20</sup> Nesse sentido, será interessante compararmos as reflexões de Polanyi acerca da legislação do **Speenhamland** (que, simultaneamente, equacionava e sustentava a relação de assalariamento e dificultava o enfrentamento recíproco e a mobilização corporativa do capital e da classe operária) com as legislações atuais, que, não sabendo ainda como se adaptarem ao mundo do "não-trabalho", se debatem entre o passado e o futuro das relações sociais, num jogo de "vai-e-vem" do paternalismo mais retrógrado à desregulamentação mais irresponsável. Ver Polanyi (1976, particularmente os caps. VI, VII).

interessa-nos combater aquela visão do Estado como *locus* privilegiado da “ação” (no sentido de Hanna Arendt) de uma classe dirigente esclarecida (seja ela de origem aristocrática, burguesa ou proletária). Afinal, se, durante muito tempo, o exercício da dominação pode ser encarado como não-trabalho, isso não é mais possível no capitalismo. A racionalização e a calculabilidade na obtenção de recursos e na prestação de serviços permite à forma mercadoria adentrar nesse espaço, em si mesmo, pré-capitalista. Essa “secularização” do poder dos homens (paralela à secularização do poder de Deus) permite sua igualação ao trabalho do resto dos mortais. Mesmo que o **trabalho** dos burocratas, dos cientistas, dos intelectuais (articulados ou mesmo realizados no espaço público) não seja considerado como tal pelos mesmos (que, além do mais, são os fazedores da opinião geral), o próprio fato de que há uma multiplicação dessas formas de trabalho implica a sua vulgarização perante os demais.<sup>21</sup>

Em resumo: o entendimento do “fazer da burocracia” (bem como da intelectualidade e até dos cientistas) como **não-trabalho** é um traço do idealismo moderno que apenas vem confirmar o caráter elitista (e objetivamente conservador) dessa ideologia. O que fica tão mais evidente à medida que percebemos como o idealismo requeitado de nossos dias inverte a posição do idealismo ao qual Marx se contrapunha: enquanto Hegel pensava o trabalho da razão como a forma superior de trabalho, os idealistas de hoje pensam o trabalho como forma inferior da razão.

Diferentemente, pretendemos que o trabalho realizado no interior do Estado consista justamente na **(re)produção** de uma certa racionalidade, que, latente na sociedade, se distingue da racionalidade especificamente mercantil, por ser produtora de fins antes de ser alocadora de meios. Da formulação do sentimento de nacionalidade e de cidadania ao oferecimento de produtos e serviços

---

<sup>21</sup> Nesse sentido, mesmo o desrespeito, muito característico dos dias atuais, à totalidade dos funcionários públicos pode ser visto tanto de modo “pessimista” (a *la* Weber, que se entristece ao constatar a profissionalização da política e da ciência) como de modo a enxergar sua positividade — a de que as massas se acham tão capazes de governar quanto esses homens não tão superiores como dizem. Por mais que o amesquinamento dos interesses, quando da plena mercantilização do poder (e do saber), assuste os “homens de bem” e de “vocação”, é ele que promove a vulgarização dos valores, incluída aí a vulgarização da “ação”. Se essa vulgarização é a perda de toda a moral até então construída pelos homens, não devemos nos esquecer dos equívocos dessa moral, e isso não no sentido de que prescindamos desta, mas no sentido de que defendemos a necessidade e acreditamos na possibilidade de construir uma nova moral, que não seja apenas formalmente (e falsamente) universal.

diferenciados — tanto em sua produção quanto em sua forma específica de distribuição —, o trabalho realizado pelo conjunto do funcionalismo público é, em si mesmo, complexo e contraditório.<sup>22</sup> Mas o que nos interessa, por ora, é mostrar como ele é, inequivocamente, trabalho.

Para tanto, é preciso resgatar as colocações de Poulantzas (1985) a respeito das relações sociais de produção e da divisão do trabalho em torno da organização estrutural do aparato estatal. E isso na medida em que, em Poulantzas, o trabalho da burocracia e as realizações do Estado dele resultantes não são passíveis de serem analisados, nem a partir da “lógica mercantil” (empobrecimento da perspectiva materialista de Marx, segundo o autor), nem da lógica “não utilitarista”, “corporativista”, de matriz weberiana. A lógica capitalista que é constitutiva do aparelho estatal é: (a) a lógica da divisão das classes — ordenada, regulamentada e, inclusive, em diversos casos, instituída pelo Estado (sendo, pois, ao mesmo tempo, a função e a razão de ser deste) —; e (b) a lógica da divisão do trabalho — especialmente a divisão entre trabalho manual e intelectual. Desse modo **o Estado (tanto como o próprio mercado) aparece como espaço dentro da sociedade onde se articulam as relações de produção dominantes.**

No nosso entender, é como se a “sociedade civil” só tivesse existência nos corpos do Estado e do mercado. Ou seja, tanto o mercado como o Estado comportam uma **organização** social cuja base é, ao mesmo tempo, a

---

<sup>22</sup> Assim, a racionalidade que o Estado “oferece” à classe trabalhadora (já no nível do exemplo daquilo que o próprio Estado é) é a da associação (e da regulação). Mas esse projeto associativo (e regulacionista) não pode negar a competição no mercado; pelo contrário, tem de mostrar-se compatível com a lógica individualista. Com o quê, se nem a constituição do mercado de trabalho nem o assalariamento de um indivíduo particular são processos baseados na decisão (coletiva ou individual) do(s) trabalhador(es), eles têm de parecer como tal. E é uma tarefa do Estado produzir essa aparência. Diferentemente, os empresários são, “de fato e de direito”, agentes econômicos capazes de decisão individual. E, simultaneamente, a associação com seus pares é uma decorrência “natural” das leis de concentração e centralização do capital. Vale dizer: diferentemente dos trabalhadores, para os quais a associação é a única forma de fazer prevalecer os interesses particulares, a burguesia independe do Estado, e seu poder sobre este advém, em primeiro lugar, dessa sua superioridade de classe. A atuação conjunta para os capitalistas é um *plus* (além do mais, de efeitos contraditórios); para os trabalhadores, é um *prius*, sem o qual não só não existem como classe, mas sua própria existência individual se vê ameaçada. Para a burguesia, quanto maior a mútua dependência com o Estado, melhor; para os trabalhadores, alcançar a independência do Estado significa criar formas de organização próprias; uma tarefa revolucionária, cujo êxito é comprometido pela própria institucionalização desse poder num **novo** Estado. (Voltaremos a essas questões adiante).

(des)organização da atividade produtiva de fora desses espaços e aquela que se dá, mediante um trabalho, aí dentro.<sup>23</sup> No caso do Estado, essa referência à lógica capitalista de organização do trabalho é, de certo modo, mais fácil de ser encarada do que no caso do mercado. E isto porque, como salienta Poulantzas, o privilegiamento do trabalho intelectual é claramente constitutivo de seu corpo material e de seu espaço de atuação. Os conhecimentos políticos (onde incluímos aqueles ligados à comunicação ou à “ação comunicativa”), econômicos e históricos — concentrados, primeiro, nos indivíduos, depois, numa classe deles (a burocracia) e, mais tarde ainda, nas instituições mais ou menos fundidas no corpo do Estado — são, essencialmente, trabalho intelectual. A internalização de saberes e sua utilização com fins de legitimação ideológica não são, em si mesmas, uma especificidade do capitalismo, mas são, por outro lado, “a legitimação de um poder como decorrente de uma prática científica racional” (POULANTZAS, 1985, p.62). Ou, como o diz de maneira ainda mais clara o autor,

“(…) a política, o direito, (...) de Machiavel a Th. Morus, até em suas conceitualizações ulteriores, é explicitamente legitimada, na forma da técnica científica e sobre o modelo das **epistemes** apodícticas, como detentora de um saber que ela opõe àquilo que designa como utopia. Isto ultrapassa, aliás, o simples discurso oficial e estende-se a essas **formas primeiras de ideologia** produzidas pelo Estado, que garantem as relações internas ao aparelho (auto-legitimação interna) e a legitimação de suas práticas para o exterior: legitimação das práticas do Estado e de seus agentes como portadores de um saber particular, de uma racionalidade intrínseca. Tudo isso, aliás, não faz mais que reforçar-se atualmente, sob as formas particulares da relação ideologia-saber-ciência que implica a transformação da ideologia jurídico-política em ideologia tecnocrática” (POULANTZAS, 1985, p.64).

---

<sup>23</sup> É por isso que o Estado capitalista nasce ao mesmo tempo que o mercado capitalista, estabelecendo uma reciprocidade clara entre suas formas dominantes — de tal forma que aos Estados absolutista e democrático-universalista corresponderiam as formas nacional, continental e global do mercado. É nesse sentido que é tão pouco afirmar a importância do papel do Estado para a constituição do mercado (Polanyi), quanto, ao contrário, derivar o Estado das relações mercantis, como o fizeram muitos marxistas. Há que se procurar, na especificidade desses espaços, como as **mesmas relações sociais** (e a mesma divisão do trabalho) têm lugar no conjunto da sociedade, impondo-se, operando e desenvolvendo-se em espaços tais que vão da fábrica à Igreja.



Ocorre aí uma **inclusão da ideologia no conjunto das relações materiais**, e não a sua separação deste; o que permite a superação da perspectiva weberiana (e habermasiana) de enfrentamento da questão. A racionalidade, alçada a instrumento de dominação, é a mesma “razão instrumental”, apontada por Weber como produto da secularização da razão e que se torna objeto de profissionalização da política e da ciência. Mas, como salienta Poulantzas, a relação saber-poder não é própria da legitimação ideológica, uma vez que o trabalho de cristalização dos discursos do Estado é um trabalho constante de refundação do mesmo. Ou seja, o fato de o Estado capitalista não fundar sua legitimidade em sua origem — mas numa soberania do povo-nação constantemente renovada — obriga que o discurso do Estado não seja subjetivo — auto-referido, ou referido à instâncias transcendentais (como é o caso da “razão substantiva”, intocada pela dominação do capital, inspiradora de um sentimento superior, que confere “vocação”, nos termos de Weber, ou capacidade de optar pelos valores do mundo da vida, nos termos de Habermas).

Não subjetiva, nem transcendente, é a perspectiva de que a ação política por sobre a ação comunicativa (ou a legitimação via comunicação) não se restrinja à busca de um consenso abstrato, colocado acima ou ao lado dos conflitos objetivos próprios do mundo material. As trocas de signos lingüísticos são, assim, entrelaçadas às trocas monetárias, num mundo onde os “subsistemas” são impossíveis. O trabalho do Estado é, pois, anterior à formulação de um determinado discurso. O Estado deve codificar as normas de organização, validade e compreensão dos discursos em geral, isto quer dizer, da própria **língua**. Ou ainda,

“Esse discurso [do Estado] deve sempre ser **compreendido e entendido**, mesmo que não deva ser de maneira unívoca e por todos: não basta que seja pronunciado de maneira encantatória. O que supõe, através dos diversos códigos discursivos, uma sobre-codificação do Estado, quadro referencial de homogeneização de segmentos discursivos e dos aparelhos que os contêm, terreno de seu funcionamento diferencial. Essa sobre-codificação está inculcada, por destilação calculada, no conjunto dos suspeitos. É a unificação da língua que instaura o Estado capitalista ao produzir a **língua nacional** e ao extinguir as outras. Língua nacional certamente necessária para a criação de uma economia e de um mercado nacional, porém, muito mais ainda, para a função política do Estado. Missão portanto do **Estado nacional** de organizar os procedimentos discursivos modelando a materialidade do povo-nação e criar a língua, criação certamente situada nas transformações ideológicas, mas que não se reduz certamente a uma operação ideológica” (POULANTZAS, 1985, p.65-66).

E o que é absolutamente central nessa operação ideológica é que a base material da mesma é a constituição (mais que a instrumentalização) de um grupo de “intelectuais orgânicos”, cuja tarefa é justamente operar essa fala e essa escrita no interior de instituições de fora do Estado (que funcionam, muitas vezes, no entanto, como viveiros de burocratas ou tecnocratas, como dizemos hoje), o qual, no cumprimento desta, acaba por salientar as especificidades da luta de classes nos diferentes espaços nacionais. Vale dizer: a organização da escrita processa-se independentemente da fala direta do poder (ou dos seus agentes), não se tratando, portanto, da repetição de um discurso, mas do estabelecimento do “trajeto de um percurso”, que se desdobra em uma “rede de trajetos”, uma vez que faz parte da estratégia de organização da hegemonia a socialização dos mesmos.

É só no interior desse processo mais geral que se pode entender o desenvolvimento da “materialidade institucional do Estado” enquanto resultado de todo um **trabalho do poder**, que busca instituir, simultaneamente, a “individualização” (inclusive a que tem lugar no totalitarismo), a “lei” (em suas formulações “normalizadoras”, sem que se esqueça das “repressivas”) e a “nação” (e suas matrizes espaciais, o território, e temporais, a tradição).

Ora, pensar a instituição e a reprodução da nação, da lei e da própria individualidade (em seu sentido pleno e moderno, associado ao desenvolvimento da propriedade privada e das trocas mercantis) como resultados de um “trabalho do poder” implica pensar as práticas econômicas e as práticas políticas como essencialmente imbricadas e portadoras de uma sólida articulação interna. O que já nos coloca no campo de investigação de Bruno Théret e de sua caracterização da “economia das práticas econômicas” (EPE) e da “economia das práticas políticas” (EPP).

Desde logo, é preciso dizer que, do nosso ponto de vista, a distinção entre EPE e EPP — centrada na distinção entre “exploração” e “dominação” — não caracteriza mais um caso de divisão entre economia e sociedade. Somos levados a essa opinião, por vermos em Théret uma complexificação do conceito de materialidade, que julgamos compatível com aquele que nos é mais caro: de uma materialidade ligada prioritariamente ao trabalho. Senão, vejamos.

Em ambos os casos, da EPE e da EPP, trata-se de uma produção material, que não é meramente econômica, no caso da primeira, e nem meramente ideológica (normativa, simbólica), no caso da segunda. O que há de prática econômica aí é que, em ambas, é desencadeado **um trabalho de administração das “coisas”**, de seu consumo e de sua acumulação. Isso implica, ainda, que não há espaço para uma exclusividade da razão utilitária no

interior dessas práticas, para o puro cálculo econômico, por mais que se reconheça a existência de uma lógica política e de uma lógica econômica.<sup>24</sup>

Nesse sentido, atentar para o conjunto das "práticas" é atentar para a relação de interdependência entre estas, relação que é (como diz Théret) de troca dos meios necessários para o seu exercício. Essa interdependência é também interferência mútua, resultado de uma troca de sinais entre esses conjuntos **distintos** de práticas, de tal modo a relativizar essa mesma diferença e realçar, ao mesmo tempo, sua autonomia e sua interdependência. Observa-se, assim, em ambas — EPE e EPP —, uma combinação entre o curto e o longo prazo, entre o consumo de bens para o avanço social e o consumo social para o avanço da acumulação.

De outro modo, a visualização dessa divisão entre as "práticas" é, em Théret, fruto de uma conceitualização histórica (que a divide em três tempos de duração distintas), que não permite a generalização teórico-metodológica da mesma. A problematização dos tempos sócio-econômicos implica uma sobreposição de estruturas mais ou menos estáveis (mais ou menos entranhadas na sociedade), que nos faz lembrar a reflexão de Marx sobre como as categorias dominantes (mais concretas, ou mais estruturadas) numa dada época, que se tornam, ainda que presentes, subordinadas — até porque geraram um movimento de superação de si, a partir mesmo de sua dominância — numa outra<sup>25</sup>.

É esse o caso da relação fiscal, que aparece como "invariância estrutural fundamental". O que torna uma estrutura invariante, para nós, é o trabalho que se torna absolutamente indispensável para a reprodução material do sistema. Nesse caso, tanto a organização da língua, da escrita, do território, do corpo legal, etc. (como analisa Poulantzas) quanto a constituição da fiscalidade estatal são invariâncias históricas. A fundamentalidade da fiscalidade repousa, em primeiro lugar, no fato de que ela é a base dos recursos necessários ao funcionamento das demais "formas institucionais". Mas isso não é tudo: ela é também a representação maior do "aval burguês ao monopólio estatal da violência".

A exação tem tantas formas históricas quanto a própria riqueza. Na análise de Théret, esse fato, ao ganhar em precisão histórica, ganha também em recursos analíticos. Assim é que a importância da fiscalidade está em esclarecer a

---

<sup>24</sup> A própria instituição da moeda (corporificação tanto da violência da exploração como da violência da dominação) estabelece uma ponte entre essas lógicas. A esse respeito, ver Théret (1990, p. 60).

<sup>25</sup> Essa reflexão está contida no item sobre o método, na (mui justamente) famosa **Introdução** de Marx, (1982).

transformação de caráter do Estado feudal para o Estado capitalista. O Estado feudal tinha, na administração da justiça, a justificativa para a “retirada” do soberano e de seus representantes, que, entretanto, não era passível de racionalização<sup>26</sup> (e cálculo) como no capitalismo. O Estado capitalista altera o significado da apropriação estatal, uma vez que ganham importância a administração da **própria** renda e a defesa (institucionalizada) da propriedade **alheia**. Ou, como diz Thérét:

“Ao mesmo tempo em que o Estado tende a se objetivar se separando da figura do rei, a retirada real, anteriormente concebida sobre o modo do dom e da reciprocidade, tende a se fundar sobre a obrigação e o constrangimento” (THÉRET, 1990, p.64-65).

É justamente esse constrangimento que muda de sentido e de forma de operacionalização. A legitimação da violência que o mesmo implica deixou de ter como base os compromissos conjunturais (em certo sentido, inclusive extraordinários) dos senhores entre si. A burguesia tem sua participação no sistema político garantida quando da venda “dos ofícios de finanças e de justiça”, o que implica uma tal regularidade da cobrança de impostos que os torna uma invariante estrutural, uma vez que persistem, ainda que “desligados dos compromissos que os geraram” (Ibid., p.65).

O papel da fiscalidade para garantir o Estado como “estrutura invariante” deve responder, ainda, tanto por sua participação quanto por sua autonomia dentro do sistema (que aparece, desse modo, como “espaço misto”<sup>27</sup>). Assim é que o que garante invariância à estrutura estatal não é a mera existência de “formas funcionais” (como, por exemplo, a administração da justiça, a manutenção do sentido de nação, etc.), nem que estes tenham longuíssima duração histórica. “Aquilo que constitui o imposto permanente em relação social, estruturando a matriz social, é o fato de que ele é não somente susceptível de fornecer o essencial dos recursos do Estado, mas também de reproduzir as condições de sua própria manutenção” (Ibid., p.66).

---

<sup>26</sup> Racionalização esta cuja base é o indivíduo que — sendo livre — não mais se adapta aos usos servis e militares, ou seja, não se presta ao funcionamento do sistema com base na reciprocidade, que tanto assegurava a “cola” social entre senhores e seus pares como entre senhores e seus servos.

<sup>27</sup> “Considera-se assim que somente o conjunto dos procedimentos particulares de regulação da política, aqueles relativos às relações estruturantes da ordem econômica, e dos regimes de mediação, formando um espaço misto, é que dão a um modo historicamente constituído de regulação social a totalidade de seus aspectos particulares e que, em consequência, fornecem o contexto apropriado para análise das crises.” (THÉRET, 1990, p.69).

Ora, essas reflexões de Thérét nos levam às mesmas questões fundamentais que acreditamos ter ressaltado em Offe e Poulantzas: o Estado não acumula ele próprio, mas participa do processo de acumulação, beneficiando-se e prejudicando-se com seus ritmos. O conjunto material (ou o “corpo físico”) do Estado mantém-se e reproduz-se a partir da mesma relação social que funda a propriedade privada capitalista — a alienação do trabalho e a monopolização dos recursos produtivos (no caso do Estado, os recursos do poder). As rendas públicas (os recursos financeiros do Estado, como o próprio dinheiro, mais os recursos políticos, que não são **moeda corrente** em qualquer economia moderna apenas em sentido figurado) são o signo de sua monopolização da gestão dos poderes<sup>28</sup> em todas as suas formas. E é através desse monopólio que ele garante sua reprodução autônoma. O que — na síntese tão ousada quanto certa de Thérét — **impõe a “reconsideração do Estado como infraestrutura”** (Ibid., p.68).

Ora, mas o que vale aqui para o Estado vale também para o mercado. Também este deve ser **considerado como infra-estrutura real**, habitada por homens reais, também ele não pode ser visto como espaço não espacial, estrutura não estruturada, *locus* de reunião de agentes fantasmas cujas **decisões** (absolutamente cruciais, como dizem os economistas, tendo em vista seus efeitos macroeconômicos) não aparecem como tal.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Até porque, mesmo se estes são produzidos fora do domínio estatal, em breve sua circulação e distribuição ficam a cargo da máquina estatal.

<sup>29</sup> Diga-se de passagem, a moderna economia neoclássica parece estar mais atenta para essas questões do que a vertente idealista da “triste ciência”. Da teoria dos jogos, passando pela moderna (e conservadora) teoria da “*public choice*”, até as versões mais sofisticadas da moderna economia “novo-clássica”, o neoclassicismo dá mostras de se voltar para as questões candentes das decisões, da racionalidade, das expectativas, procurando integrar economia e política (o que, até há pouco tempo, era privilégio da economia política de extração crítica). Dialeticamente, a procura de “microfundamentos” econômicos para as ações políticas por parte dos teóricos do individualismo metodológico leva-os a uma problematização de seus pressupostos. Assim, a estrutura que, nas suas análises, aparecia apenas como uma abstrata consequência da união de indivíduos naturalmente iguais — deslocados dos ambientes ou das relações sociais que desdobram fatos em ações e interpretações de sujeitos individuais e coletivos diferenciados no tempo e no espaço —, passa por uma mudança bastante positiva. A elaboração de jogos que incluem, no padrão da racionalidade individual, interesses (pessoais e de grupo) e expectativas (por mais que seja marcada por uma certa ingenuidade intelectual) é um avanço teórico fundamental para a questão que nos colocamos neste texto. Pelo menos, esses autores estão se colocando questões que, até agora, foram escamoteadas pelas vertentes mais tradicionais do neoclassicismo e por seus pares “contrário-idênticos” (o estruturalismo keynesiano e o compreensivismo weberiano). No que diz respeito à idealização de seus objetos, como é o caso do mercado e do Estado, essas correntes teóricas não conseguiam ir além de sua constituição como mônadas que pairavam sobre nossas cabeças.

E dizer isso não é mais do que insistir na defesa da consideração do Estado e do mercado como estruturas complexas e contraditórias, frutos da história do desenvolvimento de relações sociais, produto dessas relações, não de maneira abstrata, mas como resultado de um trabalho específico. Só o estudo da materialidade dessas estruturas é capaz de instrumentalizar-nos para o entendimento das transformações mais recentes que, de fato, colocam em xeque os paradigmas puramente idealistas ou falsamente empiristas. Para ir ao ponto, não podemos nos deter na crítica do pior liberalismo (ainda que este seja um passo necessário). A perspectiva estruturalista quase dialética, a que fizemos menção, só pode se basear em discursos liberais comprometidos com sua própria história — ou seja, aqueles que, desde Adam Smith, jamais pretenderam total autonomia ao mercado, jamais desconhecaram o atrelamento deste aos poderes politicamente organizados.<sup>30</sup> E, no que diz respeito aos discursos intervencionistas, aqueles que não vejam no Estado a panacéia para todos os males, o *deus ex machina* capaz de pairar acima dos interesses. A verdade é que o Estado é tão insuficiente para gerir as contradições sociais capitalistas quanto o mercado o é para regular a economia. Um fato que fica claro, na medida em que se superam as interpretações unilaterais e idealistas do Estado e do mercado — que os querem seja como uma “estrutura abstrata para além dos indivíduos”, seja como um “agrupamento desestruturado de indivíduos” — em prol de uma perspectiva genuinamente materialista e dialética dos mesmos, que os recupere como **estruturas históricas**, vale dizer, como estruturas dinâmicas, contraditórias, reciprocamente determinadas e abertas à transformação qualitativa.

## Bibliografia

- AVRITZER, Leonardo (1993). Além da dicotomia estado/ mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, n.36, p.213-222, jul.
- BOYER, R. (1990). **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo : Nobel.

---

<sup>30</sup> O que é mais freqüente ser observado na História é um certo ir e vir de uma consideração positiva, hora do mercado, hora do Estado, pois, como disse recentemente nosso “sociólogo presidente”, hora o papel de civilizador dos homens e das sociedades era encenado por um, hora por outro (CARDOSO, 1992, p.19 e segs.).

- CAMPREGHER, G. (1993). **Desdobramentos lógico – históricos da antologia do trabalho em Marx**. Campinas : UNICAMP. (mimeo).
- CARDOSO, F. H. (1992). Estado, mercado, democracia: existe uma perspectiva latino-americana? In: SOLA, L., org. **Estado, mercado e democracia**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- COHN, G. (1979). **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo : T. A. Queiroz.
- EVANS, P. (1993). O estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.28/29.
- LACAN, J. (1986). **Hamlet por Lacan**. Campinas : Escuta/ Liubliú.
- MARX, K. (1982). **Para a crítica da economia política**. São Paulo : Abril Cultural. (Os pensadores).
- OFFE, C. (1975). The theory of capitalistic state and the problem of policy formation. In: LINDBERG, et al. **Stress and contradiction on modern capitalism**. Mass-Toronto : Lexington.
- OFFE, C. (1984). **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- OFFE, C. (1989). **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho e da política**. São Paulo : Brasiliense.
- PAIVA, C. (1996). Kalecki: um anti – Keynesiano? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.16, n.1, p.70-78. jan./mar.
- POLANYI, K. (1976). **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona : Labor Universitaria.
- POLANYI, K. (1992). **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. México : Fondo de Cultura de Económica.
- POULANTZAS, N. (1985). **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro : Graal.
- THÉRET, B. (1990). La place de l'État dans la théories économiques françaises de la régulation: éléments critiques et repositionnement à la lumière de l'histoire. **Economie Appliquée**, v.43, n.2.
- THÉRET, B. (1994). O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política: de uma clivagem esquerda/ direita a uma fratura entre o financeiro e o social (o caso francês). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.9, n.24, fev.

## **Abstract**

The aim of this paper is to criticize the theoretical rupture between State and Market ordinarily proposed by non-materialist social scientists. Besides, we show that a materialist alternative to this traditional view is possible, and its fundamentals have been set by modern theorists of the State, particularly by Poulantzas, Theret and Offe. In our point of view, those three authors went further than their precursors, because they recognized that the State, more than a simple organizer of capitalist production, is itself a producer. Nevertheless, a big effort is still required to develop that perspective in an actual theory of the State, that must be centered in a materialist analysis of the particular exchange and labor processes that take place at the State.